



ESTADO DO AMAZONAS  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
Coordenadoria de Tributação e Renúncia de Receita



OFÍCIO N. 213 /2019-MPC-CTRR

Manaus, 13 de maio de 2019.

Senhor Prefeito,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, o Ministério Público de Contas do Estado do Amazonas, através de sua Coordenadoria de Tributação e Renúncia de Receita, no desempenho de sua missão institucional e com fulcro no artigo 88, parágrafo único, "a" c/c art. 93 da Constituição Estadual e artigo 116, parágrafo único, da Lei Estadual n. 2423/96 (Lei Orgânica do TCE/AM), vem, perante Vossa Excelência, no prazo de trinta dias, **REQUISITAR** as seguintes informações e documentos:

- a) As leis que outorgaram os incentivos ou benefícios tributários (isenção, anistia, remissão e outras concessões) das quais decorram a renúncia de receita, a contar desta data até 2 anos para trás (LRF: art. 14);
- b) Estudo da estimativa do impacto orçamentário-financeiro na diminuição da receita que possa vir a ocorrer no exercício em que foi concedido o benefício e nos dois subsequentes (LRF: art. 14);
- c) Estudo de que a renúncia de receita foi levada em conta na elaboração da lei orçamentária, no que se refere ao montante da receita prevista (LRF: art. 12);
- d) Indicar as medidas adotadas para compensar a redução da receita com a concessão dos benefícios e incentivos tributários (LRF: art. 14, II);

À Excelentíssima Senhora  
**MARIA LUCIR SANTOS DE OLIVEIRA**  
**PREFEITA DO MUNICÍPIO DE BERURI**  
Av. Castelo Branco, 100 - Centro  
CEP 69.430-000  
Município de Beruri – Amazonas

GO

12:50 15/05/2019 01:19:59 SEER TCE/AM  
Tayne

O I H P - M P C / A M  
15-MAI-2019 10:55 0068990 1/1



ESTADO DO AMAZONAS  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
Coordenadoria de Tributação e Renúncia de Receita



- e) Valores renunciados nesta data até 2 (dois) anos para trás;
- f) Indicar a contrapartida a ser prestada pelos beneficiários do incentivo ou benefício tributário.

Salienta-se que esta requisição encontra amparo no disposto no artigo 88, parágrafo único, "a" c/c art. 93 da Constituição Estadual e artigo 116, parágrafo único, da Lei Estadual n. 2423/96 (Lei Orgânica do TCE/AM), de modo que **a omissão em atendê-la ensejará o oferecimento de Representação** no âmbito desta Corte de Contas.

Atenciosamente,

  
**ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES**  
Procuradora de Contas  
Coordenadoria de Tributação e Renúncia de Receita

ARQUIVE-SE  
DATA: 15/05/19  
Rubrica: 